

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A AÇÃO DA COTRIROSA NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/ RS

Miguel Matias Utzig Muller

Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 114-123, jul., 2000.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39640/26513>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 2000

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A AÇÃO DA COTRIROSA NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS

Miguel Matias Utzig Muller*

O presente artigo tem como objetivo apresentar a política da COTRIROSA na unidade produtora familiar do município de Santa Rosa, isto é, a sua forma de integração ao nível técnico e econômico, promovendo a subordinação e a dependência ao mercado de grãos e ao setor financeiro. A subordinação processou-se articulada com as condições históricas do processo colonial e mediação da política estatal e cooperativa. Nesse sentido, a cooperativa configurou-se como mecanismo reivindicatório e garantia do padrão de acumulação vigente e apropriação do excedente.

A política da Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda – COTRIROSA, engendra contradições, reações de afetividade para salvaguardar interesses que em determinada temporalidade são os mesmos da política estatal. A ação do sistema cooperativista não pode ser concebida sob a neutralidade política e ideológica, mas sim, como mediação do Estado capitalista.

A sujeição do colono a COTRIROSA é personificada no capital financeiro (SNCR) e no armazenamento dos grãos. A cooperativa era apontada como portadora do projeto de modernização da agricultura local, por isso, o Estado foi o seu patrocinador. Desse modo, capacitou as unidades produtoras para a modernização do processo produtivo, tendo papel decisivo na nova configuração espacial agrária do município de Santa Rosa, promovendo mudanças técnicas na unidade produtora familiar policultora para a modernização da triticultura e sojicultura.

A partir desse projeto de modernização foram implantadas as primeiras cooperativas de comercialização agrícola desempenhando importante papel na economia do país, a partir dos anos 50 e mais precisamente pós 60, quando o Governo passou a dar efetivo apoio ao sistema. Como relembra DUARTE (1985, p.39):

“O Estado viu o cooperativismo como um dos instrumentos que melhor viabilizaria a execução das políticas econômicas voltadas ao setor rural”.

Para a concretização do plano estatal, foram criados mecanismos especiais como a infra-estrutura para o armazenamento da produção de grãos de soja e

trigo, objetivando estimular e fortalecer o espírito associativista dos produtores rurais. No processo, formaram-se novas cooperativas em diferentes pontos do país, principalmente no Rio Grande do Sul, a partir daí, intermediando o Estado e as indústrias produtoras de maquinários e insumos modernos, o sistema cooperativista se desenvolveu e difundiu a modernização tecnológica no setor agropecuário. Com isso, a cooperativa transformou-se em instrumentos de sustentação e consolidação do capitalismo no meio rural. LOUREIRO (1987) coloca que a cooperativa era apontada como uma das mais viáveis alternativas para uma agricultura moderna, exigências do atual estágio de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira.

Guardadas as especificidades que nortearam o desenvolvimento do cooperativismo no plano local e regional, alguns efeitos do sistema são comuns e devem ser salientados: subordinação dos cooperados, monopolização de territórios, modificação nas condições de produção, transformação da paisagem na área de sua influência.

Elegeu-se como área empírica de investigação, o município de Santa Rosa – RS, onde em 1968 foi fundada a COTRIROSA, a qual através de muitas ações tornou-se um agente de organização sócio-espacial.

O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA E A POLÍTICA COOPERATIVISTA

Até meados da década de 60, no espaço agrário de Santa Rosa, predominava a policultura familiar; os grãos eram ainda cultivos inexpressivos. O conhecimento técnico aplicado à agricultura e ofícios é em grande parte resultado das experiências locais dos imigrantes que culturalmente são passados de geração em geração. Mas sob a influência da COTRIROSA, gradativamente aos associados suprimam os cultivos tradicionais e o espaço foi ocupado por monoculturas comerciais de trigo e de soja, produzidos em bases modernas para abastecer os mercados internos e externos, isto é, organizar o suprimento alimentar urbano-industrial.

Nos anos 90, as monoculturas comerciais ainda dominavam o espaço agrário de Santa Rosa. Contudo, a semelhança de outras empresas, para se manter competindo no mercado globalizado, a COTRIROSA se reestruturou administrativamente e, no plano da produção passou a orientar a diversificação de atividades entre seus associados, imprimindo uma nova organização sócio-espacial.

A efetiva colonização de Santa Rosa iniciou em 1915 com a fixação de imigrantes europeus e descendentes de imigrantes de outras nacionalidades, procedentes das Colônias Velhas formadas sobretudo na região do Vale dos Sinos.

O interesse em fixar famílias na fronteira gaúcha com a Argentina, deve-se ao fato de que tal população representaria uma força militar sem ônus para o Estado, pois ao defender sua propriedade, o imigrante estaria defendendo os seus interesses, bem como do território brasileiro.

Os imigrantes levaram para a nova frente de colonização, alguns recursos

materiais e experiência para superar dificuldades. A vida comunitária e a religiosidade diferenciada, impunham uma nova forma de sobreviver a hostilidade da floresta e do clima. Mesmo assim, os colonizadores comprometeram-se com o desenvolvimento da nova terra, transformando-a em espaço produtivo e integrando-a com o restante do território brasileiro.

Entre os produtos cultivados pelos primeiros colonizadores destacavam-se feijão, milho, arroz, batata e trigo. Também criavam frangos e suínos. Embora o solo fosse fértil, a produção era pequena, pois as vias de acesso ao Povoado 14 de Julho – Santa Rosa, eram precárias e isto dificultava o comércio com outros municípios. Assim, nos primeiros tempos da colonização, a produção visava basicamente o autoconsumo familiar.

No quadro 1 constata-se a produção dos principais produtos agrícolas do município de Santa Rosa, no período de 1939 a 1950.

QUADRO 1 – Produção agrícola (ton) em Santa Rosa (1939 a 1950).

ANO	MILHO	FEIJAO	TRIGO	FUMO	ARROZ
1939	36.000	2.367	1.367	3.810	1.026
1950	68.000	17.280	3.500	3.900	2.400

FONTE: (SARTORI; 1981:140)

Observando o quadro 1, constata-se que os produtos agrícolas que tiveram maior aumento na produção foram o milho e o feijão; os demais praticamente mantiveram-se estáveis. O milho era produzido em grande quantidade, porque servia como alimento básico para a criação de suínos, principal atividade econômica do município de Santa Rosa na década de 40.

O comércio na Colônia 14 de Julho, teve sua gênese em estabelecimentos denominados popularmente de venda que funcionavam na base da troca. Isto é, o colono entregava para a venda os produtos agrícolas e, em troca recebia produtos manufaturados como por exemplo, sal de cozinha, utensílios domésticos e ferramentas. Nas palavras de SARTORI (1981, p.138):

“o comerciante tornou-se o principal agente econômico e político das colônias”.

O rápido desenvolvimento proporcionou a emancipação política de Santa Rosa, já na terceira década do século XX. A partir daí, a melhoria da infra-estrutura viária e ferroviária, conjugada a ampliação do mercado consumidor, impulsionou o desenvolvimento da economia agrícola local e regional.

A medida em que se consolidou a economia industrial, a policultura colonial

começou a ser estrangulada. Os cultivos que não tinham valor no mercado foram gradativamente abandonados pelos colonos e, no processo, ganhou espaço a produção comercial das monoculturas do trigo e da soja.

Desse modo, Santa Rosa tornou-se pólo econômico regional favorecido pelas condições históricas, econômicas e geográficas. A sociedade local encontra-se sedimentada na pequena propriedade agrícola e na austeridade do colono que, sob a influência cooperativista, fizeram do município o “Berço Nacional da Soja” e um importante pólo metal-mecânico do Rio Grande do Sul.

A Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda. – COTRIROSA –, fundada no município de Santa Rosa em 1968, teve como sócios iniciais 77 produtores de trigo, que integralizaram capitais sob a forma de “quota parte”.

Dentre os fatores, que impulsionaram o associativismo em Santa Rosa, merece destaque a busca de novas alternativas para a produção e comercialização de grãos, como trigo e soja. Nas palavras de um diretor da COTRIROSA, a cooperativa teria sido fundada com a finalidade de “...congregar produtores rurais da região, receber, armazenar e comercializar sua produção, prestar assistência técnica e atender outros interesses do quadro social”¹.

Neste sentido, FRANTZ (1982, p.10) coloca que:

“Analisar a história de uma cooperativa significa, assim, desvendar estas relações que são perceptíveis de imediato, fazendo emergir a sua história real”.

A medida em que a COTRIROSA supriu as necessidades mais imediatas do associativismo, ou seja, o acesso ao Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR., a infra-estrutura de armazenamento da produção, a assistência técnica, ela aumentou significativamente o quadro de associados que passaram de 77 (1968) para 7.052 (1986). Neste processo, a cooperativa ampliou o raio de ação, alcançando toda a região da Grande Santa Rosa. Assim, através da modernização da produção, o associado da cooperativa vinculou-se ao desenvolvimento econômico, atendendo os interesses do Estado brasileiro. Comentando sobre esta questão, SEIBEL (1989, p.40) observa que:

“A cooperativa torna-se neste processo, o meio mais eficaz de atrelamento e controle pelo Estado, dos pequenos agricultores, além de contribuir ‘funcionalmente’ para o aumento da produção”.

O quadro que segue mostra a evolução dos principais produtos agrícolas, área cultivada e quantidade colhida no município de Santa Rosa no período de 1960 a 1995.

QUADRO 2 – Principais culturas do município de Santa Rosa: área utilizada (ha) e produção (ton), 1960 a 1995.

ANO	SOJA EM GRÃO		MILHO EM GRÃO		TRIGO EM GRÃO	
	PROD.	ÁREA	PROD.	ÁREA	PROD.	ÁREA
1960	15.452	23.228	20.265	22.314	910	1.904
1970	16.116	18.114	11.200	12.059	10.081	9.586
1980	48.096	26.483	10.652	5.984	12.722	16.440
1990	57.600	31.020	12.500	5.000	23.760	19.500
1995	93.000	31.000	35.700	7.000	25.000	10.000

FONTE: IBGE; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA.

Observa-se que a área cultivada com soja ampliou significativamente no período de 1960 a 1995. Neste contexto o trigo teve, na década de oitenta e noventa uma ligeira ampliação da área cultivada, mas foi em noventa e cinco que o volume de produção mostrou maior expressão.

A área ocupada com o milho mostrou-se elevada na década de sessenta, sofrendo reduções significativas com oscilações a partir de setenta. Estas alterações ocorridas na área e no volume de produção dos cultivos referidos foram favorecidos pelos incentivos estatais, destacando-se o SNCR que favoreceu o uso de tecnologias e insumos modernos. Também contribuíram as condições de mercado interno com o trigo e externo com a soja.

Outro detalhe a ser ressaltado sobre a significativa área (22.314 ha.) cultivada com milho (1960) é a diversificação de atividades no setor agrícola do município de Santa Rosa, onde a criação de suínos, frangos e criação de gado leiteiro são os consumidores do milho. Todavia, com a utilização de insumos modernos, rações principalmente, a área utilizada com o milho passou a ser ocupado com os produtos comerciais como o trigo e a soja.

A partir da constituição da COTRIROSA, o espaço agrário do município de Santa Rosa passou a ser organizado, as lavouras comerciais de trigo e soja ganharam maior notoriedade.

Mas, nos anos 90, o neoliberalismo associado a globalização da economia passou a impor mudanças estruturais no setor agroindustrial brasileiro, aí incluído o sistema cooperativista. Como observam FONSECA e COSTA (1995, p.368):

“...as empresas, para continuar competitivas e inseridas no mercado, se viram obrigadas a reverem e a reformularem suas formas de atuação, tanto no que diz respeito a sua organização interna, quanto em relação às interações com a cadeia produtiva da qual participam”.

As novas orientações da economia também alcançaram a COTRIROSA que passou a seguir orientação mundiais de administração, pautando-se na racionalização dos custos e no equilíbrio das finanças, na esfera da produção, a cooperativa passou a orientar a diversificação de atividades.

Nesse sentido constata-se que o desenvolvimento do cooperativismo agrícola foi condicionado pela dinâmica do modelo de acumulação vigente no país, imprimiu sensíveis desigualdades sócio-econômicas no seu quadro de associados. Este fato também se configurou na COTRIROSA, onde se constituíram duas categorias distintas de cooperados: os tecnificados e os marginalizados. Os objetivos no cooperativismo são, cada segmento possui condições específicas de produção e isto, se reflete na organização do espaço.

Constatou-se na pesquisa direta que a maior parte dos entrevistados (70%) possuem propriedades com áreas inferiores a 20 ha. Nestas unidades, o espaço cultivado é partilhado com atividades diversificadas como: hortigranjeiros, milho, criação de suínos e gado leiteiro. Nesta classe, apenas os produtores com mais de 10 hectares reservam uma parte da terra para o cultivo da soja.

Embora os produtores mantenham a propriedade da terra e produzam algum excedente para a comercialização, o objetivo-maior da categoria é manter o auto-consumo da família. As atividades são desenvolvidas com mão-de-obra familiar e técnicas tradicionais. As sobras são vendidas não só para a cooperativa mas, também para empresas privadas instaladas em Santa Rosa como por exemplo, o Frigorífico Prenda instalado no município desde 1956. Estas características tipificam o segmento marginalizado da cooperativa.

Não obstante a diversificação das atividades agropecuárias nas unidades agrícolas do segmento marginalizado, os níveis de produtividade das lavouras são muito baixas e isto deve ser atribuído a soma de muitos fatores que serão explicados a seguir.

Cumprê esclarecer que no início da colonização, em Santa Rosa, as unidades agrícolas eram de pequeno porte. No entanto, as sucessivas partilhas por herança ou formação de novas famílias, reduziram ainda mais o tamanho das parcelas. Além disso, com o uso sucessivo, o solo perdeu a fertilidade natural; falta capital para investir no processo pois, a renda auferida por este segmento, não ultrapassa três salários mínimos mensais.

As dificuldades que assolam a referida categoria pode ser comprovada em alguns depoimentos expressos da seguinte forma: "falta capital para investimentos"; "as máquinas estão sucateadas"; "a propriedade para todos os filhos"; "planta sempre no mesmo pedaço, mas a colheita não reage mais"; "o adubo é caro"; "quanto mais trabalho, menos ganho".

Como muitas unidades não conseguem absorver toda a mão-de-obra disponível, para amenizar as dificuldades financeiras, com frequência os filhos homens passam a complementar a renda familiar, trabalhando como diaristas em lavouras maiores na região, ou migram para outros estados da federação ou

mesmo para o Paraguai, onde se tornaram assalariados.

As filhas mulheres, encontram como alternativa, o trabalho de domésticas, não só em Santa Rosa mas, também, em outros centros urbanos do Rio Grande do Sul.

Nas propriedades com mais de 20 hectares, o espaço é ocupado essencialmente com cultivos comerciais: trigo e soja. Emprega-se mão-de-obra familiar, a qual é complementada por assalariados temporários em determinadas fases do ciclo produtivo.

Neste extrato, o uso de técnicas adequadas de manejo do solo e o emprego de tecnologia moderna, expressa em maquinários, sementes selecionadas, corretivos para o solo, fertilizantes e defensivos, se configuram como prática comum. Assim, as condições de produção elevam a produtividade das lavouras e isto, proporciona uma renda mensal relativamente maior que a do estrato inferior.

Os produtores tecnificados, buscam a cooperativa não só para comercializar a produção, mas também, para ter acesso aos financiamentos, a assistência técnica e a atualização tecnológica.

No que diz respeito ao armazenamento e comercialização, também detectou-se diferenciação entre os associados da COTRIROSA. Os produtores tecnificados, usam o armazenamento da cooperativa para estocar a produção, vendendo até quatro meses após a safra, quando os preços são mais compensadores.

Em contrapartida, como a produção do segmento marginalizado é menor, estes não usufruem do armazém, comercializam os excedentes no período da safra, por um preço inferior ou seja, 40% a menos do que se vendessem na entressafra.

Neste caso, duas razões impedem a acumulação de renda pela classe dos marginalizados: primeiro, a pequena quantidade comercializada; segundo, o baixo preço recebido pela produção no período da safra.

Em relação a atuação da COTRIROSA, constatou-se na pesquisa divergências entre os associados. Neste sentido, os marginalizados demonstraram insatisfação com a atuação da cooperativa. Nas palavras dos associados: "a cooperativa ajudou a arruinar muitos produtores"; "ela só se interessa pelos grandes, os pequenos não tem dinheiro para acompanhar as inovações, mas também não ficamos com a corda no pescoço quando a safra não for boa".

Para os produtores tecnificados, a visualização da cooperativa é adversa dos marginalizados. O depoimento de um associado é elucidativo da questão:

"a cooperativa me possibilitou melhor e aumentar a produção. Até comprei terra em outro município...entrei na cooperativa quando ela tinha um ano mas, nunca me arrependi".

Para o governo a cooperativa era sinônimo de eficiência política e para o segmento dos associados tecnificados representou a eficiência econômica. Dito de outra forma, esta classe conseguiu resolver sua deficiência de armazenamento e acesso ao crédito para ingressar na modernização do processo produtivo. A partir

daí, pode-se caracterizar a ação da política da COTRIROSA como mecanismo da organização produtiva do município de Santa Rosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a política cta deve ser apreendida enquanto mecanismo das transformações sócio-espaciais do município de Santa Rosa.

A história da COTRIROSA é a dinâmica da sociedade capitalista que lhe dá o sustentáculo, possuindo especificidades ligadas a ação e aos interesses das diferentes camadas sociais envolvidas no processo.

As especificidades da COTRIROSA estão assentadas no capital financeiro e na mediação da política estatal para a agricultura. Neste sentido, a cooperativa não pode ser concebida como mero sistema associativista, mas como forma da organização capitalista face a economia global. Portanto, sua política não comprometeu o padrão de acumulação vigente, a reprodução do capital e apropriação do excedente.

A COTRIROSA foi a portadora do projeto de modernização da agricultura, isto é, incentivou a expansão na produção agrícola do capitalismo e ofereceu condições técnicas e sociais de produção. Por outro lado, as novas condições de produção não implantaram o uso generalizado da mão-de-obra assalariada. Foi sobre as condições históricas e sociais que a cooperativa, aliada a agroindústria e a política estatal, revitalizou as pequenas unidades familiares à produção do capital, promoveu a sujeição do trabalho 'livre' à reprodução ampliada deste capital.

A cooperativa funcionalmente foi a viabilizadora histórica do capitalismo, veio preencher o espaço econômico sem a efetiva ocupação pelo capital. Assim, a cooperativa passou a exercer a aliança de classe entre a categoria social melhor situada, o Estado e a agroindústria. A cooperativa passou a representar a forma que a classe dominante tem procurado resolver os problemas do campo (como o armazenamento, o crédito e a assistência técnica, entre outros) e o mecanismo da reestruturação do processo produtivo.

Os objetivos dos colonos ingressarem no sistema cooperativista são adversos. Os tecnificados buscam o acesso ao crédito, armazenameto, melhoria da infra-estrutura, aumento da produtividade e ampliação da propriedade. A categoria dos colonos marginalizados buscam, essencialmente no cooperativismo, a manutenção da propriedade da terra, porque esta é a personificação do produtor rural e fator de realização e aceitação social.

Mesmo que o produtor continue sendo o agente direto da produção, a sua reprodução ocorre pelo assalariamento temporário e pelo trabalho de doméstica das filhas nas cidades maiores. Contribuindo assim, mensalmente, para a família que permanece no campo.

A cooperativa, para o governo, representou a eficiência política e para o cooperado representou a eficiência econômica.

As reflexões elucidadas sobre a COTRIROSA e a mudança do perfil teórico e econômico da agricultura no município de Santa Rosa, deve ser compreendida enquanto mecanismo da organização espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSO, David. *As relações entre Cooperativa e Produtores Rurais: uma Avaliação*. Itaguaí (RJ), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Dissertação de Mestrado, 1990.
- BENNETTI, Maria D. *Origem e formação do Cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul. Uma Análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO, 1957/80*. Porto Alegre, FEE – Fundação de Economia e Estatística, 1982, n. 5.
- Cadernos Cedop. *Cooperativa e Desenvolvimento Rural e Urbano*. Centro de Documentação e Pesquisa. São Leopoldo, Unisinos, 1994.
- CONCEIÇÃO, Octávio A. *A Expansão da Soja no Rio Grande do Sul, 1950 – 1975*. Porto Alegre, FEE – Fundação de Economia e Estatística, 1984.
- CORADINI, Odacir L. & FREDERIQ, A. *A Agricultura, Cooperativas e Multinacionais* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- DELGADO, Guilherme da C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. Campinas, Ícone/Unicamp, 1985.
- Diagnóstico da Região Grande Santa Rosa*. Porto Alegre, Fidene-Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1985.
- DUARTE, Laura M. G. *Capitalismo & Cooperativas. O Cooperativismo Empresarial e a Expansão do Capitalismo no Setor Rural do RGS*. Porto Alegre, L&PM/ANPOCS, 1986.
- FRANTZ, Telmo R. *Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola*. Ijuí, Fidene, 1982.
- FONSECA, S. Regina de & COSTA, Vera M. H. M. As transformações recentes no setor agroindustrial brasileiro: uma abordagem da atividade cooperativista. In: *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro-UNESP, vol. 25, n. 49-50, p. 363-371, 1995.
- OLIVEIRA, Arioaldo, U. de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, Perfil Sócio-econômico do Município de Santa Rosa. Porto Alegre, CEG/RS, IDERGS, 1988.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969.
- SARTORI, Sonia J. e outros. *Pelos Caminhos de Santa Rosa*. Santa Rosa, Barcellos Livraria e Editora, 1981.
- SEIBEL, Erni José. *A Fundação política Ideológica do Cooperativismo*. Berlim, Freie Universität Berlin, 1981.
- SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

SHALLEMBERGER, E. & HARTMANN, H R. *Nova Terra, Novos Rumos*. Santa Rosa, Barcellos Livraria e Editora, 1981.

*Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor do Departamento de Geociências da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

¹Para os dirigentes da cooperativa esta deveria Ter a “a cara de Santa Rosa, ser o orgulho de seu povo e atender as necessidades de sua gente”. Assim, eram difundidos os ideais da importância do cooperativismo no município e na região.

Orientadora da dissertação de mestrado: Dra. Wálquiria Kruger Correa.